



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Ata da I Reunião Extraordinária 2024 do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Pontal do Paraná - CONSEMMA

Foi realizada a I Reunião Extraordinária do CONSEMMA, no dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná e online através da plataforma *Google Meet*. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Jackson Cesar Bassfeld – Presidente do CONSEMMA (Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca/PMPPR), Flávia Caroline Deable Zacarias (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca/PMPPR), Jessica Emelyn dos Santos Gaudencio (Secretaria Municipal de Saúde/PMPPR), Emilson Carlos Kopp (representante da Empresa Copel Distribuição S/A), e online: Nathalia Centurion Franzoni (Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico/PMPPR), Vanessa Kelly Santos Lima (Secretaria Municipal da Educação/PMPPR), Francisca das Chagas Moura e Silva Kaminski (representante da PROVOPAR), Roberto Stelmacki Junior (Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná), Alyne Souza Paz Cunha (representante da AMCORESPP - Associação Municipal de Coletores de Resíduos Sólidos de Pontal do Paraná), Juliano Dobis (representante da ONG Mar Brasil) e Guilherme Zavataro (representante da SANEPAR). As pautas chamadas são: o Plano de Aplicação 2024, os recursos financeiros do FMMA (Fundo Municipal do Meio Ambiente), os projetos em andamento, a troca de conselheiros e a solicitação de recursos do FMMA para reparo de embarcação. O Sr. Jackson iniciou a reunião realizando a leitura do saldo disponível pelo FMMA, onde consta que, na presente data da reunião o Fundo possui R\$ 1.736.353,68 (um milhão setecentos e trinta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos), porém ressalta que parte desse valor deverá ser descontado, os empenhos a pagar pelos projetos que já foram aprovados, no valor de R\$ 336.004,33 (trezentos e trinta e seis mil e quatro reais e trinta e três centavos). Portanto, o valor disponível total seria de R\$ 1.370.349,35 (um milhão trezentos e setenta mil trezentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos). Na sequência, o mesmo apresenta o Plano de Aplicação do FMMA para 2024, onde serão destinados no total R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), divididos nas seguintes categorias: “Estudos, planos e projetos ambientais”, onde serão destinados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); “Comunicação/Publicidade”, onde deverão ser destinados no total R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); “Unidades de Conservação Municipais e Áreas de Preservação Permanente”, onde serão destinados R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais); “Aquisição de máquinas, equipamentos e material de apoio”, onde serão destinados R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); “Fiscalização, monitoramento e controle ambiental”, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e por fim, “Melhorias para Coleta Seletiva”, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Sr. Jackson abre esses valores aos conselheiros para serem avaliados com a intenção de discutir os mesmos. O Sr. Juliano aproveita o momento para solicitar que seja encaminhado com antecedência para reunião a reunião do Consemma o “Plano de Aplicação” para que seja feita a leitura precedente e o Sr. Jackson afirma que os conselheiros têm direito para demandar



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

6
7
8
48 mais tempo do que os dez minutos sugerido pelo Presidente. A Sra. Alyne diz ter
49 solicitado uma pauta na reunião sobre a utilização de recursos do PAM (Plano de
50 Apoio de Desenvolvimento dos Municípios) para a aquisição de uma balança
51 eletrônica para a AMCORESPP e que a mesma não obteve um retorno. A Sra.
52 Flávia afirma que foi solicitado um orçamento da mesma para avaliar a
53 possibilidade e que esse orçamento ainda não havia sido enviado para a SMMAAP
54 (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca) e, portanto, tal
55 assunto não foi colocado como pauta. O Sr. Jackson da continuidade na
56 apresentação lembrando que o Plano de Aplicação de 2023, o valor que estava
57 previsto para o período foi exercido em menos de 40% (quarenta por cento) do
58 total, enfatizando: “[...] dentro do Plano de Aplicação do FMMA, também tem que
59 estar consorciado
60 com o que nós informamos ao Tribunal de Contas do Estado em relação ao plano
61 de aplicação dos projetos da Secretaria do Meio Ambiente[...]”. Ele complementa:
62 “[...] o sistema agora mudou e todos os projetos e planos,
63 os municípios têm que enviá-los antecipadamente para o Tribunal de Contas,
64 como que vai exercitar os recursos financeiros de cada município [...]”. O Sr.
65 Juliano questiona se os valores para “Fiscalização, monitoramento e controle
66 ambiental” são suficientes. O Sr. Jackson afirma que esse valor é para
67 equipamentos e softwares que anteriormente não foram adquiridos e que alguns
68 custos já estão incluídos na própria secretaria, como a mão de obra, por exemplo.
69 O Sr. Roberto questiona se o valor direcionado para “Estudos, planos e projetos
70 ambientais” já possui uma nova lista de programação de projetos e o Sr. Jackson
71 nega, afirmando que o próprio Conselho pode apresentar novas propostas para a
72 utilização deste recurso, citando como exemplo o projeto **MarMaré** e o **Pontal**
73 **Recicla**. O Sr. Roberto faz mais um questionamento com relação a aquisição da
74 balança eletrônica citada pela Sra. Alyne, se a mesma entraria como melhorias
75 para coleta seletiva ou se entraria como aquisição de máquinas, equipamentos e
76 material de apoio e o Sr. Jackson afirma que o Conselho como um todo poderia
77 discutir onde seria mais vantajoso retirar esses recursos, tendo em vista que, tudo
78 o que for adquirido deverá ser patrimoniado para o município e concedido pelo
79 mesmo para a Associação responsável pela coleta. Ele complementa reforçando a
80 necessidade de melhorias na estrutura física do barracão da AMCORESPP: “[...] já
81 está bem claro para nós aqui gestores,
82 que hoje, o espaço físico do barracão está mais do que saturado,
83 ele já é pequeno pela demanda do que Associação tem conseguido coletar [...]”.
84 Ele relata a necessidade de ampliar o espaço físico do mesmo e que tais propostas
85 podem ser relacionadas nas próximas reuniões deste presente Conselho. O Sr.
86 Roberto também questiona a utilização de passarelas no Parque Municipal da
87 Restinga e o Sr. Jackson explica que as mesmas fazem parte do Plano de
88 Mobilidade Urbana que foi aprovado no município e já está em funcionamento, com
89 a intenção em padronizar os acessos para a faixa da areia da praia. O Sr. Roberto
90 acredita que possa existir outros tipos de acesso que qualifiquem a acessibilidade
91 de cadeirantes e idosos, mas conclui que esse tipo de investimento também pode
92 ser viabilizado por outras fontes de recursos. O Sr. Jackson afirma que são
93 questões pertinentes e relembra que o município está fazendo a revisão de seu
94 Plano Diretor, onde essas questões podem ser incluídas e relembrou que a data da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

11 audiência pública está próxima. Ele reforça que dentro do Plano de Mobilidade
12 Urbana estão incluídas 54 (cinquenta e quatro) passarelas ao longo dos 23 (vinte e
13 três) quilômetros de extensão em que o município abrange e que as mesmas foram
14 projetadas de acordo com as orientações do IAT (Instituto Água e Terra) e
15 manifestação da Secretaria do Patrimônio e da União, tendo em vista que tal área é
16 pertencente a União, além de estar incluída nos parâmetros das legislações
17 ambientais vigentes. O Sr. Guilherme relata a semelhança do Plano de Aplicação
18 de 2024 com o do ano passado e o Sr. Jackson complementa que o mesmo está
19 especificado com mais ênfase neste ano, para as questões de melhoria para a
20 coleta seletiva, tendo em vista que, os processos de gestão de resíduos têm feito
21 uma diferença significativa e aproveitou para agradecer ao representante da Sanepar,
22 o trabalho que tem sido feito na limpeza da faixa da orla ao longo da Operação
23 Verão 2023/2024, até a presente data e que a quantidade de resíduos recicláveis
24 coletados por este trabalho aumentou consideravelmente a quantidade de resíduos
25 destinados à AMCORESPP. A Sra. Alyne confirma o aumento significativo e diz
26 que ainda não consegue quantificar precisamente essa quantia, porém elogiou a
27 qualidade do material recebido, o trabalho de conscientização ambiental feito pelos
28 agentes do departamento, além de agradecer as partes envolvidas, como a
29 Sanepar e a prefeitura. O Sr. Jackson complementa afirmando que, em partes, os
30 indicadores de sucesso da coleta seletiva também se atribuem a comunicação
31 exercida ao longo do período, com a inserção de comerciais nos canais de
32 televisão e rádio, além de banners que foram expostos nas passarelas e também
33 adesivos e placas na orla do município. A Sra. Flávia aproveitou a ocasião para
34 expor aos demais Conselheiros as placas que foram instaladas e como funcionou a
35 inserção dos comerciais em todos os meios de comunicação. Sendo assim,
36 esclarecido as dúvidas dos Conselheiros, o Sr. Jackson estabelece a continuidade
37 da reunião visando a próxima pauta, onde é tratado sobre os projetos que já estão
38 em andamento. O primeiro, citado por ele, é a revisão do PGIRS (Plano Municipal
39 de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos), onde ele enfatiza que já foi realizada a
40 visita técnica e a primeira consulta pública, e que atualmente está sendo elaborado
41 os documentos que compõem a mesma. Ele complementa: “[...] estamos trocando
42 informações técnicas,
43 com a empresa que venceu o processo licitatório, que é uma empresa de Ribeirão
44 Preto, com ‘expertise muito boa’, assim como uma carteira de serviços
45 semelhantes prestados praticamente em várias regiões do Brasil [...]”. Ele continua
46 trazendo informações sobre os valores que foram utilizados para a elaboração da
47 mesma, enfatizando que o serviço prestado pela empresa custará R\$ 38.000,00
48 (trinta e oito mil reais) para o FMMA e que o orçamento inicial era de
49 aproximadamente de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), quando
50 as cotações foram feitas através da UFPR (Universidade Federal do Paraná). O Sr.
51 Jackson chama a atenção desta discrepância entre os valores oferecidos, tendo
52 em vista que, a instituição possui alunos, estagiários, programas de extensão,
53 entre outras possibilidades, como trabalhos de conclusão de curso realizados nas
54 áreas de resíduos. Na sequência, ele afirma que assim que concluído esta primeira
55 versão será agendada a audiência pública, ele também critica a baixa participação
56 na consulta pública que foi realizada e pede a participação dos Conselheiros para
57 aportar propostas. A Sra. Flávia ressalta que o link para apresentar novas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

142 propostas segue em aberto, pede para que os Conselheiros participem do
143 questionário e se possível compartilhar com pessoas próximas para fazer o
144 mesmo. O Sr. Jackson prossegue com a reunião e enaltece o andamento do
145 projeto MarMaré, que o mesmo está tomando grandes proporções, devido ao
146 engajamento das coordenadoras responsáveis pelo projeto, o material que está
147 sendo elaborado, dentro do cronograma das ações que foram pré estabelecidas.
148 Ele enfatiza que o projeto pode servir como exemplo para outros municípios e
149 complementa: “[...] *tenho certeza que Pontal vai fazer uma diferença enorme em*
150 *relação à educação ambiental*
151 *e seremos um modelo para toda a região costeira brasileira em termos de*
152 *direcionamento de educação ambiental para quem vive efetivamente na faixa*
153 *litorânea “cultura marinha” [...]”]. A Sra. Flávia apresenta o material que está sendo
154 produzido através do projeto, para que os Conselheiros possam contemplar o
155 mesmo. A Sra. Alyne aproveita a ocasião para solicitar maior colaboração por parte
156 da Secretaria da Educação e dos demais envolvidos, tendo em vista que, o
157 município possui 22 (vinte e duas) unidades escolares municipais e apenas quatro
158 delas estão fazendo a destinação correta dos resíduos recicláveis. Ela enfatiza
159 que, no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), o município atingiu o percentual de
160 2,5% (dois por cento e meio) de resíduos reciclados, valor nunca atingido
161 anteriormente e a tendência é que em 2023 (dois mil e vinte e três) esse valor seja
162 ainda maior, mesmo que ainda, até a data da presente reunião esses dados não
163 foram consolidados em relação a Operação Verão 2023/2024. Portanto, caso o
164 projeto tenha um sucesso efetivo na destinação dos mesmos, com engajamento
165 nas escolas municipais, a tendência é que esses números cresçam ainda mais. O
166 Sr. Jackson enaltece que a solicitação da Sra. Alyne mostra o quanto é importante
167 a participação dos envolvidos nas consultas e audiências públicas da revisão do
168 PGIRS, pois existe a intenção de transformar isso em uma lei vigente, não somente
169 nas escolas públicas, mas em todos os prédios públicos do município, para que
170 não seja necessário negociar com cada uma das instituições de maneira individual.
171 A Sra. Vanessa afirma que o projeto é ‘muito rico e bem recebido’ entre os
172 professores e diz que pode fazer o intermédio com a Sra. Renata, atual Secretária
173 da Educação do município, para atender à solicitação da Sra. Alyne e também, se
174 coloca à disposição para o mesmo. A Sra. Alyne afirma que já existe uma lei
175 federal que garante a destinação final de resíduos em prédios públicos, sejam eles
176 municipais, estaduais ou federais para cooperativas e associações responsáveis.
177 Entretanto, ela afirma que deverá tomar as providências necessárias para que isso
178 seja feito de maneira permanente e contínua e enaltece o trabalho que está sendo
179 feito pela empresa que venceu a licitação para a revisão do PGIRS, afirma que os
180 mesmos estiveram na AMCORESP e fizeram perguntas bastante pertinentes
181 visando a melhoria do mesmo. O Sr. Jackson retoma a palavra para dar
182 continuidade na reunião trazendo outro ponto da pauta que é a troca de
183 conselheiros do Rotary e pede para que o Sr. Roberto se manifeste e esclareça tal
184 situação aos demais Conselheiros. O mesmo pede desculpas por não ter enviado o
185 Ofício com a apresentação e explica que o Secretário da instituição estava de
186 férias até a presente data da reunião e que deve providenciar um Ofício em breve.
187 Ele afirma que o Sr. Talal não faz mais parte do Rotary e que seu suplente deve
188 assumir a cadeira do Conselho. O Sr. Jackson pede para o Sr. Roberto que*

21
22
23



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

189 apresente o Ofício na próxima reunião ordinária do CONSEMMA. A Sra. Flávia
190 informa aos conselheiros que a cadeira destinada à Secretaria do Turismo, tinha a
191 Sra. Yana Kossembe da Silva como titular e o Sr. Marcos Kalb como suplente,
192 porém a Sra. Yana se desligou da prefeitura e quem assume é a Sra. Nathalia
193 Centurion Franzoni. A mesma se apresenta aos Conselheiros e questiona o
194 tamanho das lixeiras que ficam nas proximidades das paralelas e pergunta se
195 existe algum projeto para a instalação de lixeiras maiores nos arredores da orla da
196 praia. O Sr. Jackson explica que essa pauta seria da Secretaria de Projetos e
197 Planejamentos e que o Secretário Sr. Heitor poderia abranger essa pauta. Ele
198 complementa afirmando que existe uma parceria juntamente da Sanepar, onde são
199 colocados os tambores azuis que possuem o logo da Sanepar e a sigla PMPPR
200 (Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná) por toda a orla do município. O Sr.
201 Jackson faz o prosseguimento da reunião trazendo o último ponto da pauta que
202 tem a intenção da discussão da solicitação de recursos do FMMA para a
203 embarcação que foi doada pela Unespar (Universidade Estadual do Paraná) para
204 que a mesma seja utilizada pela SMMAAP para o projeto de educação ambiental
205 que já está em andamento. O Presidente mostra as fotos da embarcação para os
206 Conselheiros e afirma que a mesma não possui condições de navegação, portanto,
207 seria necessário o recurso do FMMA para que ela fique de acordo com as
208 exigências Marinha do Brasil. A embarcação precisa de reformas na manutenção
209 do motor e na parte inflável do mesmo e deve custar R\$ 70.000,00 (setenta mil
210 reais). O Sr. Roberto questiona se a embarcação deverá ser mantida em uma
211 marina pública ou se o município teria que arcar com os custos para manter em
212 uma marina privada. O Sr. Jackson explica que a embarcação deve ficar nas
213 proximidades da escultura de um robalo que foi construído nas margens do Rio
214 Guaraguaçu e que não seria necessário mantê-lo em uma marina privada, pois
215 aquela região é uma área pública. A Sra. Flávia explica que existe um projeto para
216 criar uma escola náutica no município futuramente, mas não necessariamente
217 através da SMMAAP. O Sr. Roberto questiona quanto à periodicidade da
218 embarcação ser utilizada pelo projeto de educação ambiental. O Sr. Jackson afirma
219 que isso deverá ser discutido com o núcleo do projeto com relação as visitas ao Rio
220 Guaraguaçu, de acordo com o cronograma escolar de cada instituição. Ele
221 complementa afirmando que a embarcação pode ser utilizada nos dias úteis no
222 projeto, porém também pode ser usado pela SMMAAP nos finais de semana, como
223 apoio ao IAT e à Força Verde, prioritariamente à montante do Rio Guaraguaçu,
224 onde o município possui seus recursos hídricos onde deságua o Rio das Pombas e
225 a Sanepar faz a captação de água para os municípios de Pontal do Paraná e
226 Matinhos. Ele relata também a possibilidade de auxiliar na fiscalização em parceria
227 com outros órgãos de fiscalização do Estado, desde que a embarcação concedida
228 tenha a devida inscrição junto da Capitania dos Portos. A Sra. Jéssica questiona
229 quem pilotaria a embarcação, tendo em vista que, o município necessita recurso
230 humano para esse tipo de serviço. O Sr. Jackson afirma que, obviamente, o piloto
231 necessita ter arrais, além da embarcação estar dentro das regras da Marinha. Ele
232 complementa: “[...] Não precisa ser necessariamente um servidor,
233 mas pode ser um prestador de serviço,
234 um condutor ‘skipper’ [...]”. A Sra. Vanessa afirma que as ações feitas com a
235 embarcação devem ser feitas em segurança, até porque a mesma deve ser

24
25

26
27
28



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

236 utilizada com as crianças das escolas municipais embarcadas e o Sr. Jackson
237 confirma tal afirmação e diz que não se pode colocar em risco a integridade
238 daqueles que estão presente na embarcação, de maneira alguma. O Sr. Roberto
239 questiona se tal pauta estava prevista para a presente reunião e o Presidente
240 confirma. Com as dúvidas devidamente esclarecidas, o Sr. Jackson abre a votação
241 para a utilização dos recursos e a mesma é aprovada por unanimidade. O Sr.
242 Roberto questiona qual é a capacidade da embarcação e o Sr. Jackson afirma que
243 ainda não teve acesso aos documentos da mesma, porém com esses valores
244 requeridos, a embarcação deve ser regularizada na Marinha do Brasil e feita a
245 inscrição necessária para adaptação de funcionalidade. A Sra. Francisca confirma
246 a importância dessa embarcação reformada para o município para orientar aos
247 alunos de ensino médio e ensino fundamental como funciona o Rio Guaraguaçu.
248 Ela cita que o mesmo é um rio de maré e quando o rio está com a maré alta a
249 cidade passa por problemas com as enchentes, como foi visto neste mês de
250 fevereiro e isso pode ajudar na conscientização das crianças para os mesmos,
251 quando se tornarem adultos, não construam nas margens do rio. O Sr. Jackson
252 agradece a fala da Sra. Francisca e afirma que tal conscientização deve passar,
253 não somente pelos alunos das escolas municipais, mas também para os alunos
254 das escolas estaduais. Por fim, o Sr. Jackson pede para os Conselheiros
255 aprovarem o calendário das reuniões ordinárias de 2024, que a proposta foi nas
256 últimas quintas-feiras de cada mês, isso seria dia 28 (vinte e oito) de março, 23
257 (vinte e três) de maio, 25 (vinte e cinco) de julho, 26 (vinte e seis) de setembro e 28
258 (vinte e oito) de novembro. A Sra. Alyne pede para realizar um informativo aos
259 Conselheiros informando-os que durante a semana desta presente reunião está
260 sendo feito uma ação nas escolas municipais, juntamente com a Secretaria de
261 Educação e da Vigilância Sanitária para a retirada de entulhos recicláveis que
262 precisam da devida destinação final, portanto os veículos utilizados na coleta
263 seletiva estão sendo usados nesta ação. Por fim, o Sr. Jackson e a Sra. Flávia
264 agradecem a presença dos demais Conselheiros e a reunião encerra-se às 15:23
265 horas.

266
267
268
269
270
271
272
273

Jackson Cesar Bassfeld
Presidente do CONSEMMA

Flávia Caroline Deable Zacarias
Secretária Executiva do CONSEMMA

274
275
276



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

**Plano de Aplicação do Fundo Municipal do Meio Ambiente
CONSEMMA-FMMA-2024**

O Conselho Municipal do Meio Ambiente do Município de Pontal do Paraná, criado pela LEI Nº 91, DE 2 DE JULHO DE 1998. Que tem por finalidades de assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente, deliberar no âmbito de sua competência sobre recursos em processos administrativos, normas e padrões relativos ao Meio Ambiente no território Municipal. (Redação dada pela Lei nº 1804/2018), em atendimento ao disposto no § 3º Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - *IV - Elaborar, analisar e aprovar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente; (Redação dada pela Lei nº 1804/2018)*. No âmbito da Presidência do CONSEMMA, apresentamos para discussão e posterior deliberação do CONSEMMA, o Plano de Aplicação do FMMA - 2024, recursos que se destinam principalmente para: apoio de planos, programas, projetos, aquisições de máquinas e equipamentos que visem atender as políticas públicas ambientais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

PLANO DE APLICAÇÃO FMMA	
Estudos, planos, projetos, programas socioambientais	R\$ 400.000,00
Comunicação/Publicidade	R\$ 50.000,00
Unidades de Conservação Municipais e Áreas de Preservação Permanente	R\$ 350.000,00
Aquisição de máquinas, equipamentos e material de apoio	R\$ 200.000,00
Fiscalização, monitoramento e controle ambiental	R\$ 100.000,00
Melhorias para Coleta Seletiva	R\$ 150.000,00
Total Geral	R\$ 1.250.000,00

Saldo disponível janeiro/2024 - R\$ 1.736.353,68
Saldo de empenhos a pagar - R\$ 366.004,33
Plano de Aplicação 2024 – R\$ 1.250.000,00
Reserva financeira - R\$ 120.349,35
Total Disponível janeiro/2024 R\$ 1.370.349,35

Atenciosamente,

Jackson Cesar Bassfeld
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Jackson Cesar Bassfeld
Secretário Municipal de
Meio Ambiente, Agric. e Pesca
Decreto nº: 9338/2021

Pontal do Paraná, 08 de fevereiro de 2024.